UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

YARA SARAIVA ROCHA

SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE

SOCIAL: desafios, perspectivas e implicações para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em periferias urbanas.

YARA SARAIVA ROCHA

SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE

SOCIAL: desafios, perspectivas e implicações para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em periferias urbanas.

Trabalho Monográfico apresentado do Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientação do Professor Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva.

YARA SARAIVA ROCHA

Situações de risco e vulnerabilidade social: desafios, perspectivas e	
implicações para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em periferias urbanas	s.

Mo	nografia de g	raduação elabo	rada como j	pré-requi	sito à conc	lusão de c	urso
de	graduação es	m Pedagogia.	Submetida	ao corp	o docente	do Curso	de
Ped	lagogia da	Universidade	Federal	da Par	aíba/João	Pessoa	em
	/		/	·			
	Aprov	ada em	_//_				
	BA	NCA EXAM	IINADOR	RA			
	Professor Dr	. Alexandre M	lagno Tava	ares da S	ilva		
•	10108801 21	(Orienta	_	ares aa s	11 / 4		
	Profes	sora Quezia V		ırtado			
		(Examin	ador)				
	Professor	a Ms. Laura M	Iaria Brito	de Faria	S		

JOÃO PESSOA

(Examinadora)

Dedico o presente trabalho a minha mãe que me ajudou nesta caminhada, ao meu pai que nunca mediu esforços para que eu concluísse este curso e ao meu amado marido que esteve sempre presente me apoiando e me dando ânimo para continuar esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me ajudou e me guiou para que eu pudesse realizar este sonho, agradeço a Deus também tudo o que sou e o que tenho, pois sem ele, eu nada seria.

Ao professor Dr. Alexandre Magno pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A minha mãe que é uma mulher exemplar por toda a sua força e dedicação que tem para com a sua família, sempre me guiando e me mostrando que eu seria capaz de realizar todos os meus sonhos.

Ao meu pai um homem simples, mas que com certeza soube mostrar aos seus filhos o caminho certo, a ele que sempre apesar de todas as dificuldades me ajudou pra que eu chegasse aqui.

Ao meu esposo Cláudio que me apoiou nas dificuldades com o seu carinho e dedicação, sempre estando presente em todos os momentos de minha vida, me dando força com o seu amor.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.



RESUMO

A vulnerabilidade social é denominada como uma condição de indivíduos ou grupos em situação de extrema exclusão social, tornando-os expostos a riscos. Ela se associa ao resultado de qualquer processo de exclusão e discriminação, causado por elementos, tais como pobreza, nível educacional e localização geográfica precária. A vulnerabilidade implica para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vários problemas que pudemos perceber muito bem durante a elaboração deste trabalho. Esta pesquisa foi feita abordando a vulnerabilidade social em turmas de EJA localizadas em periferias urbanas, em virtude de uma experiência que vivemos quando educadora de Jovens e Adultos em uma escola localizada na periferia do bairro de Mandacaru (Beira Molhada). Além do relato da experiência, também foi incluído neste trabalho os conceitos teóricos de vários autores sobre o tema, para que assim pudéssemos entender melhor as definições de vulnerabilidade social, sofrimento social, educação de jovens e adultos e as características do bairro de Mandacaru, local onde foi realizada a pesquisa. Nosso objetivo de investigação foi o de estudar a visão da Educação de Jovens e Adultos para a comunidade de periferia e também para o próprio aluno da EJA, partindo de suas situações de risco e vulnerabilidade sociais. Chegamos à conclusão que as situações de risco e vulnerabilidade social implicam para as turmas de EJA grandes desafios, os alunos de escolas localizadas em periferias urbanas têm que conviver com a violência todos os dias e não tem proteção sequer dentro da própria escola.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, Periferias Urbanas, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Social vulnerability is termed as a condition of individuals or groups in situations of extreme social exclusion, making them at risk. She joins the result of any process of exclusion and discrimination, caused by factors such as poverty, poor educational level and geographic location. The vulnerability involves education for Youth and Adults (EJA) several issues that we could see very well during this study. This research was done addressing social vulnerability classes EJA located in urban peripheries, because of an experience we live when youth and adult educator in a school located on the outskirts of Mandacaru (Wet Edge) neighborhood. Besides the report of the experience, was also included in this work the theoretical concepts of various authors on the subject, so that we could better understand the definitions of social vulnerability, social suffering, youth and adult education and the characteristics of the Mandacaru, local neighborhood where the research was conducted. Our research objective was to study the vision of the Youth and Adult Education for the community and also to the periphery own student EJA, from their situations of risk and social vulnerability. We conclude that the situations of risk and social vulnerability to imply classes EJA major challenges, students from schools located in urban peripheries have to live with violence every day and has no protection even within the school itself.

Key-words: Social Vulnerability, Urban peripheries, Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9			
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PERIFERIAS URBANAS				
2.1 Caracterização da periferia urbana				
2.2 Periferia e Educação	14			
2.3 Políticas públicas e periferias urbanas				
2.4 Cultura em periferias urbanas	16			
2.5 Juventude em lugar de risco e vulnerabilidade social				
3. SOFRIMENTO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE	22			
3.1 Sobre o conceito de sofrimento social	22			
3.2 O lugar da colonialidade				
3.3 Desafios encontrados pela EJA em periferia urbanas				
3.4 Políticas afirmativas	27			
4. EDUCAÇÃO DEJOVENS E ADULTOS NO BAIRRO DE MANDACARU	30			
4.1 Características do bairro de Mandacaru	30			
4.2 Condições de ensino de educadores e educadoras junto aos educandos e educandas	32			
4.3 Refletindo em torno do impacto das situações de risco e vulnerabilidade social na experiência junto a jovens e adultos nas periferias urbanas	34			
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38			
ANEXO				

1. INTRODUÇÃO

Geralmente quando pensamos em Educação de Jovens e Adultos, vemos uma imagem de jovens atrasados, sem cultura e que não tem conhecimento algum. Essa prática leva à uma escola para jovens e adultos que prendem os jovens cuja ação pedagógica estará repleta de preconceitos e situações de exclusão educacional.

Essa prática pedagógica consequentemente gera dificuldades para que esses jovens e adultos tenham acesso ao atendimento que realmente precisam. A falta de contextualização com a realidade local dos jovens e adultos é muito frequente, tornando o quadro alvo de estudos e de propostas de enfrentamento, dando espaço para a construção de propostas educativas que possam vir de fato a colaborar na construção de um sujeito social crítico, participativo e criativo.

Muitos jovens e adultos buscam nos Programas de Educação de Pessoas Jovens e Adultas a recuperação de um tempo "perdido". Com o amadurecimento e a conscientização das dificuldades causadas pela falta de escolarização esses educandos e educandas procuram gerar melhores condições de vida através da educação escolar, mas nem sempre recebem o apoio necessário.

O Educador e a Educadora de Jovens e Adultos são exigidos no sentido de colaborarem na preparação de sujeitos, para que possam intervir na realidade da comunidade em que vivem, lógico que isso não é algo fácil e que certamente o Estado e as Instituições formadoras possuem grande responsabilidade afim de que esses personagens possam enfrentar os vários obstáculos ao longo da trajetória pedagógica junto aos educandos e educandas.

É essencial que educadores e educadoras procurem conhecer a comunidade na qual o espaço escolar está inserido (seja ele escolar ou não-escolar), como também tentar conhecer um pouco da realidade de seus educandos e educandas. No texto "Como podemos conocer a la comunidad" de Marta Liliana e Emilia Mercedes, as autoras abordam isso muito bem.

O sujeito que vive fora de situações mínimas estabelecidas pela sociedade, são alvos de preocupações que emergem aplicação de políticas públicas, tais políticas têm o intuito de propor alternativas que concedam possibilidades de desenvolverem condições

iguais de todos os cidadãos, tais sinalizações são passíveis de questionamentos, no que diz respeito a sua função de normatização, e pode estar seguindo a ordem social hegemônica, gerando consequentemente estigmatização das populações atendidas.

Este trabalho ira abordar a visão da EJA para a comunidade e também para o próprio aluno da EJA, partindo de suas situações de risco e vulnerabilidade sociais. Decidimos realizar nosso estudo na área de Educação de Pessoas Jovens e Adultas diante da experiência de ter permanecido por 6(seis) meses assumindo uma turma de Jovens e Adultos, em uma comunidade de periferia na cidade de João Pessoa, considerada por muitos como área de violência e intensa vulnerabilidade social.

Durante o período em que lecionamos para essa turma foi possível acompanhar de perto todas as dificuldades que foram surgindo. Entre elas podemos citar:

- Falta de materiais para fazer atividades e trabalhos;
- Falta de reconhecimento da Gestão Escolar, que não aceitava a turma na escola;
- A violência na comunidade que por várias vezes fez com que alunos não viessem à escola por medo;

Na época (2013), a turma não era reconhecida pela Direção da Escola, os educandos e educandas sentiam bastante essa rejeição da escola e sempre questionavam muito o fato de não terem o apoio da direção.

Nesse sentido, nosso maior problema foi a acentuada violência presente na comunidade onde a escola estava inserida. A escola fica localizada em uma área muito perigosa no bairro de Mandacaru, pude perceber nesse período, uma grande evasão por partes dos alunos, devido as mortes e assaltos que aconteciam naquele lugar.

Para entender tudo isso é preciso ter uma compreensão principalmente sobre políticas públicas, periferia e sofrimento social. Educadores e Educadoras que atuam na educação de pessoas jovens e adultas, muitas vezes estão dispostos a dar o seu melhor para os alunos, mas comumente são barrados até mesmo pela escola em que a turma está inserida.

O problema deste trabalho é "Quais as implicações enfrentadas por uma turma de EJA localizada em uma área considerada de risco e vulnerabilidade social?".

A EJA é entendida como um direito tanto dos jovens quanto dos adultos de se escolarizarem, então devemos garantir para esses alunos uma educação de qualidade. Diante disso a nossa questão traz como perspectiva de análise os problemas enfrentados por uma

turma de EJA, quais os principais problemas enfrentados por um educador de jovens e adultos? Como a comunidade se comporta diante dessa realidade? Como os jovens são vistos dentro desse contexto? E o que se compreende por sofrimento social?

Nossa pesquisa teve como objetivo geral: Realizar um estudo em torno dos desafios, perspectivas e implicações socioeducativas para a Educação de Jovens e Adultos no bairro de Mandacaru.

E como objetivos específicos:

- Caracterizar a periferia urbana enquanto espaço de vivência de jovens e adultos;
- Identificar e analisar os desafios, perspectivas e implicações socioeducativas da Educação de Jovens e Adultos em periferias urbanas;
- Apontar a necessidade de reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos em periferias urbanas enquanto espaço se sentir, pensar e agir em torno de situações de risco e vulnerabilidade social.
- Analisar as condições de ensino de um educador da Educação de Jovens e Adultos.

Nosso trabalho está composto por três capítulos, sendo eles: Educação de jovens e adultos em periferias urbanas, Sofrimento social enquanto categoria de análise e Educação de Jovens e Adultos no bairro de Mandacaru.

O capítulo inicial fala da Educação de Jovens e Adultos em periferias urbanas e irá caracterizar as periferias urbanas e a juventude em situação de risco e vulnerabilidade.

O segundo capítulo define o Sofrimento Social, as suas causas e características, também é abordado nesse capitulo o Colonialismo e os desafios encontrados nas periferias urbanas.

Já no terceiro capítulo caracterizamos o bairro de Mandacaru, abordando as condições de ensino dos educadores e uma reflexão final em torno dos riscos e vulnerabilidade social dos jovens e adultos que vivem em periferias urbanas.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PERIFERIAS URBANAS

2.1 Caracterização da periferia urbana

As favelas geralmente são definidas como um lugar em que se falta tudo, um lugar sem infraestrutura, sem água, luz, esgoto e principalmente um lugar onde não existe lei. Essa visão negativa de favela não contribuiu para o melhoramento da infraestrutura, para a ampliação das redes de saneamento básico entre outros.

A partir de manifestações feitas pela população, os moradores de muitas áreas de favelas no Brasil, conseguiram intervir em suas condições de vida, ou seja, construções de creches, escolas, postos de saúde, asfaltamento e iluminação. Tudo isso são coisas básicas para a vida de qualquer ser humano, mas que até pouco tempo eram negados aos moradores das periferias.

No livro "O que é a favela, afinal?" organizado por Jailson de Souza e Silva, vemos trecho que fala muito bem sobre essas intervenções na favela (2009, p.16):

Os diversos tipos de intervenções nas favelas, decorrentes de demandas e ações organizadas pelos próprios moradores ou fruto de projetos estatais voltados para a reordenação do espaço urbano, geraram profundas mudanças na paisagem urbana brasileira. Com isso, a maior parte das favelas deixou de se enquadrar à representação que se fez hegemônica no imaginário da cidade.

Devido a esse olhar preconceituoso da sociedade perante as periferias, as políticas públicas também estão sendo atingidas, pois a favela é vista por muitos com um lugar de marginais ou de pessoas que estão prestes a se tornarem marginais.

O governo em vez de procurar programas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos que vivem nessas áreas, está apenas tentando prevenir a violência e não garantindo o direito da cidadania e de uma educação pautada em processos emancipatórios. Um exemplo de programa criado para esse fim é o Programa Juventude Viva, a Presidente Dilma Rousseff afirmou durante uma entrevista a rádios de Alagoas que "O Programa Juventude Viva nos ajuda a enfrentar essa que é uma das grandes chagas da sociedade, que é a violência contra jovens, especialmente jovens pobres e negros da periferia".

Vejamos a seguir uma citação de Paulo Freire sobre a luta pela cidadania:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como "seres para si", não teria significação. Esta somente é possível, porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e está, o ser menos. A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação — a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos ao buscarem recuperar a sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam de fato opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - liberta-se a si e aos opressores (FREIRE, 1987, p. 30).

A favela faz parte da cidade, ela faz parte do espaço urbano. Elas não seguem o modelo definido pelo Estado ou teorias urbanísticas. A definição de periferia não deve acontecer a partir de uma comparação do que ela não tem em relação ao padrão dominante na cidade. Ela deve ser reconhecida como ela verdadeiramente é, para que assim as políticas públicas sejam feitas para elas de forma eficaz.

Segundo o Observatório de Favelas que é uma organização social de pesquisa, dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos, somente é considerado favelas os territórios que possuem as seguintes características:

- Pouco investimento do estado;
- Edifícios construídos fora dos padrões definidos pelo Estado;
- Grande densidade de habitações;
- Elevado níveis de subemprego;
- Grande número de negros e descendentes indígenas;
- Nível de violência elevada em relação aos números da cidade.

A primeira vez em a que a favela teve uma definição legal foi no ano 1992, segundo o artigo 147 da Lei Complementar (n. 16 de 04/06/1992) que define a favela como:

Art. 147 - Para fins de aplicação do Plano Diretor (1992), favela é a área predominante habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com padrões legais.

Esse plano Diretor estabeleceu uma relação com as reformas urbanas, sendo assim ele foi definido por políticas habitacionais e programas de ação. A partir deste plano foi possível acabar com a ideia de que era preciso derrubar as favelas e começou a se pensar em como melhorá-las.

Abaixo temos um exemplo de uma das diversas definições do Plano Diretor:

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238)

2.2. Periferia e Educação

A violência, insegurança constante e precariedade são características que compõem a realidade de educadores e alunos das periferias. E impossível separar essa realidade da periferia e da vida dos educandos e educandas que frequentam o espaço escolar, já que tal realidade afeta diretamente o espaço escolar.

É fundamental inserir as comunidades no convívio escolar, tentar superar necessidades como, por exemplo: o acesso a bens culturais e problemas como o analfabetismo funcional. É preciso que a escola apesar da realidade de violência e de carência de serviços faça com que os alunos valorizem o conhecimento, pois só assim é possível uma mudança.

Há um olhar preconceituoso sobre as periferias que não atinge somente os moradores desta área, mas atinge com certeza também as turmas de EJA que estão situadas nessas áreas. Paulo Freire creditava na necessidade de produzir novos esquemas mentais para ler o mundo e construir novos pactos sociais e educativos

Bueno, em seu texto aborda esse assunto, vejamos (2009 p.6):

O conceito e sentido de cidade educadora nos permite alargar a espacialidade da escola para dialogar com os espaços de convivência dos alunos do aglomerado e, por outro lado, aproximar desse lugar de discriminação os demais alunos da escola que vêem nele o estereotipo da violência. E, então, desenvolver os princípios universais da educação como aprender a conviver e a viver conjuntamente, interagindo com os outros; aceitando a diversidade;

Considero importante a conclusão feita pela autora (2009 p.16) em sua pesquisa, pois ela deixou muito claro que vem ocorrendo várias mudanças dentro das periferias:

Ao estudar o aglomerado, observar a administração e os processos sociais e ambientais que produzem e reproduzem o espaço, nota-se que as populações têm conquistas que modificam a visão da cidade excludente. Os sujeitos moradores das favelas recriam de forma crítica e criativa seus espaços caóticos. Dão-lhes a forma desejada e sonhada, não sem o conflito e a luta, o que os torna sempre sujeitos de histórias cotidianas.

Nos anos de 1990 tiveram início as Cidades Educadoras, a partir do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras em Barcelona. Um grupo de cidades que eram representadas por órgãos de poder, chegou à conclusão que seria importante trabalhar em conjunto projetos e atividades para que assim ocorresse uma melhora na vida dos moradores.

As cidades educadoras têm alguns princípios como:

- Fazer da escola um espaço comunitário;
- Trabalhar a cidade como um imenso espaço educador;
- Valorizar a aprendizagem por meio da vivencia.

Essas cidades educativas são um grande exemplo de como deveria ser a relação escola- comunidade, pois sem essa integração entre elas não é possível uma educação de qualidade e respeito.

2.3. Políticas públicas e periferias urbanas

Os avanços não ocorrem de maneira rápida, na verdade tudo em nosso país ocorre de forma lenta, principalmente quando se tratam de desmistificações, preconceitos e reconhecimento social. Mas não podemos negar os avanços que estão ocorrendo nas periferias, visto que o governo já começou a pensar em políticas públicas feitas para essas áreas. Boa parte dos moradores das periferias já está tendo acesso à internet em casa, saneamento básico e crescimento da renda.

Pesquisas revelam que a renda dos moradores dessas áreas está aumentando, muitos moradores segundo essas pesquisas já possuem celular, televisão, micro-ondas, máquina de lavar, entre outros.

Hoje essas pessoas já têm o direito de sonhar e de realizarem os seus sonhos, como por exemplo, o sonho da casa própria, de comprar um carro, uma moto ou até mesmo coisas que parecem insignificantes para nós, mas que para eles fazem toda a diferença.

2.4. Cultura em periferias urbanas

As periferias são lugares que contém muitas riquezas, todos os dias surgem das periferias grandes artistas. Segundo a história as periferias são fundamentais para o nascimento cultural. Para a história as periferias são lugares importantes para a criação da cultura.

Além de patrimônio inscrito, cultura é conhecimento de nós mesmos. Um sentido de pertencer a algo que nos pertence: o território. É aí que a cultura realiza as possibilidades de apropriação como conceito e de visibilidade como prática social.

A cultura funciona muitas vezes como expressões que reforçam hierarquias sociais. Esta ideia ainda encontra forte correspondência entre as políticas culturais, se expressando inclusive na distribuição desigual dos equipamentos e serviços culturais, geralmente concentrados em áreas nobres das cidades.

Vejamos a seguir a concepção do médico Dráuzio Varella em seu livro "Maré Vida Na Favela" sobre a cultura própria encontrada nas favelas (2002):

Favelas são sempre espaços que foram em parte ou totalmente conquistados e construídos pelos próprios moradores, segundo uma lógica participativa singular, contrária ao que ocorre na cidade formal. Insistiremos aqui que as favelas se constituem por meio de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que difere do dispositivo projetual tradicional da arquitetura e urbanismo eruditos, e também constitui uma cultura e até mesmo uma estética espacial própria, diferente da cultura e da estética da cidade formal e com características peculiares. Essa cultura e estética da favela, essa outra forma de construir e habitar, têm reflexos ou influências de todos os aspectos da vida cotidiana de seus moradores.

É importante que fixar nas políticas públicas de arte e cultura, o papel das periferias como centros de produção criativa da arte. Através da cultura é possível transformar vidas e lugares, as periferias contem grandes riquezas culturais que precisam ser valorizadas.

Violência

A violência sem sombras de dúvidas é um dos maiores problemas que perturbam a vida dos moradores das periferias urbanas. O medo permeia em todas as comunidades. Os moradores na maioria das vezes não têm medo de serem assaltados como os moradores dos bairros da classe média, o medo deles vem da constante guerra que ocorre entre jovens envolvidos com o tráfico de drogas.

No livro Maré Vida na Favela Varela (2002, p.81) fala sobre algumas das inúmeras consequências causadas pela violência:

As batalhas travadas quase todos os dias enchem de cicatrizes as paredes, janelas e postes em ruas, próximas à fronteira. Nessas áreas de alto risco, muitas casas foram obrigadas a lacrar com tijolos as janelas da fachada para proteger os moradores das balas perdidas. Vários armazéns abandonados com portas esburacadas por tiros de diversos calibres são testemunhas da razão que afugentou seus proprietários.

As pessoas não se sentem seguras nem dentro de suas próprias casas. Moradores que não tem nada a ver com o tráfico, ou melhor dizendo, com as facções existentes, têm medo de passar por determinadas áreas, pois podem ser considerados espiões.

Crianças, adolescentes

É necessário que haja um olhar com cuidado para crianças e jovens que vivem em periferias, pois os traficantes estão por toda a parte e não se escondem.

Hoje a cada dia mais cresce o número de crianças que ingressam no mundo do crime. Isso não ocorre porque essas crianças têm índole para se tornarem bandidos, mas porque os traficantes ameaçam ou aliciam mostrando uma forma de ganhar dinheiro fácil e até mesmo entram nessa vida atraídas pelo poder que os traficantes exercem sobre a população.

Vejamos a seguir o depoimento de uma mulher no livro Maré Vida na Favela, onde ela afirma ter medo de que seus filhos e netos entrem no mundo "atraente" do crime (2002, p.79):

"Como diz dona Amélia, mãe de três filhas e cinco netos adolescentes, que acende vela e reza todas as noites para Nossa Senhora da Aparecida protegêlos da tentação do tráfico: "a garotada prefere ganhar 160 reais por semana no tráfico a ganhar isso por mês num trabalho decente. Judiação tão pequenos, nessa vida!"

2.5. Juventude em lugar de risco e vulnerabilidade social

Não existe apenas um tipo de juventude, podemos afirmar que existem vários grupos juvenis que fazem parte de um conjunto heterogêneo. Nesses grupos são bem visíveis as dificuldades, facilidade e também o poder na sociedade. Vejamos o que Esteves e Abramovav, dizem sobre esse assunto (2009, p.25):

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e especificas, que sofrem influencias multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si.

A sociedade capitalista reproduz uma fabricação de miséria humana, fazendo surgir guetos favelas e periferias. A situação em que vivem a maioria dos jovens é uma marca dos tempos neoliberais, onde a globalização deixa cicatrizes.

Segundo os estudos sociológicos a juventude é uma construção social, quando compreendemos os jovens como um problema social é necessário levar em conta o contexto de cada indivíduo, seja este contexto analítico ou do dia a dia.

O contexto associado com experiência do dia são as normas, bússolas, orientações e os significados que foram criados no cotidiano. Os contextos analíticos são elaborados pelo conhecimento científico.

Os autores que problematizaram a juventude como uma produção social se detiveram em dois caminhos de análise:

- Corrente geracional: a juventude seria enfrentada como um momento de passagem.
- Corrente classista: a juventude como produto das desigualdades sociais.

Cordeiro (2009, pg. 53) retrata muito bem como a sociedade afeta a juventude:

A sociedade está marcada por mediações que afetam diretamente a experiência de viver a juventude: a mundialização do capital, a globalização e colonização da cultura pela vida da indústria cultural, a influência dos meios da comunicação de massa, o poder autoritário da tecnologia, o tom profético neoliberal que dá ênfase ao Estado eficiente e produtivo a partir da lógica empresarial, à supremacia do individualismo, ao empobrecimento das populações, a despolitização das instâncias de participação política.

Segundo Parsons (1955) o jovem vive uma fase autônoma, em que a experiência de ser jovem se manifesta como o resultado de uma tensão com o mundo dos adultos, esse adolescente incorpora os modelos de comportamento do jovem, por sua vez a graduação da idade e dos papéis sexuais.

Os jovens são o principal agente potencial de transformações. Eles têm uma grande disposição para se comprometer com desafios, ideais ou até por causas nobres. Eles também têm facilidade para se familiarizarem com as novas tecnologias que marcam este século.

Kliksberg (2006, p. 23) fala a seguir dessa facilidade dos jovens em participar de iniciativas e de se adequarem as mudanças tecnológicas:

Nasceram na nova cultura das ultra mudanças, das revoluções tecnológicas contínuas, em que o computador e a internet fazem parte da forma de viver. Eles têm flexibilidade, plasticidade e desejo de participar de iniciativas. Por outro lado, o meio em que eles são formados, o estímulo que recebem para participar, os valores que herdam, os modelos de referência que exercem influência sobre eles formarão os cidadãos que vão decidir, com sua atividade ou passividade, a qualidade dos sistemas democráticos latino-americanos.

As trajetórias de vida dos jovens são completamente diferentes, pois os jovens de classe média alta têm seus direitos garantidos à saúde, educação, segurança, trabalho e moradia. Já os jovens de origem pobre geralmente têm suas oportunidades negadas pela sociedade em que vivem, eles começam a trabalhar bem cedo, dificultando assim a conclusão de seus estudos.

Com relação à saúde dos jovens não podemos negar o grande avanço da medicina, no entanto também há por trás desse avanço uma grande desigualdade na saúde, como afirma a seguir Kliksberg (2009, pg.40):

São inegáveis os avanços em saúde no continente ligados ao progresso geral das ciências médicas e a esforços importantes das políticas públicas e outros setores da sociedade; no entanto, também apontamos um grande desafio: a desigualdade na saúde. Quando se verificam as médias, encontramos grupos de alta vulnerabilidade, nos quais os jovens têm uma representação desproporcional em diversos problemas. Há, assim, um perfil de risco de saúde próprio do jovem pobre, que constitui como foi mencionado, mais de 40% de todos os jovens, e outro perfil do jovem de outros estratos sociais, com uma distância considerável entre ambos. Entre os maiores riscos que afetam os jovens marginalizados, rurais, indígenas e afro-americanos, encontramos os seguintes, que fazem parte da sua vida cotidiana.

Kliksberg (2009) Afirma também que os maiores ricos que esses jovens marginalizados sofrem são:

- A grande pobreza que influencia muito na esperança de vida;
- Existe uma grande correlação entre os níveis de educação e esperança de vida;
- As mães jovens, que são um número muito maior nas classes pobres, elas correm grandes riscos durante a gravidez e no parto;
- O HIV que causa a morte em um grande número de jovens;
- Prostituição juvenil
- Mortalidade juvenil que é muitas vezes ocasionada pela violência, principalmente com os homens;
- Comumente, os estudos sobre a saúde dos jovens são centrados em aspectos físicos.
 Desse modo, é pouco valorizado o fato de que os jovens precisam, com frequência, de um apoio psicológico.

Bernardo Kliksberg também faz uma análise sobre alguns mitos que rodeiam os jovens, pois é de grande importância compreender suas singularidades sem marginalizá-los, entre os principais mitos estão:

- Não têm preocupações: existe um mito que os jovens não têm nenhuma preocupação e recebem a denominação de desinteressados.
- Não querem esforçar-se: segundo este mito a juventude gosta de facilidade, recusam tarefas de grandes esforços.
- São conflituosos: os jovens são desordeiros, com comportamentos imprevisíveis. Há uma ideia absurda de os jovens pobres podem se tornar bandidos com facilidade.

3. SOFRIMENTO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

3.1 Sobre o conceito de sofrimento social

O conceito de sofrimento social surgiu nas últimas décadas como meio apropriado de ver as relações entre a experiência do mal-estar e os processos históricos sociais. Por muito tempo o sofrimento foi visto como uma experiência articulada ao corpo natural e universal, sendo assim, nesse sentido ele era pouco interessante e pouco disponível aos métodos de análise sócios cultural.

Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni definem o sofrimento social e apontam alguns motivos que causam esse sofrimento (2011 p.269):

O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana.

Quando vemos o sofrimento com um olhar crítico consideramos assim práticas e estratégias produzidas dentro de um quadro de relações de poder, ou seja, que definem e avaliam. Por esse lado o sofrimento é causado por uma violência feita pela estrutura social e não por uma pessoa que pertence a ela.

O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência quotidiana (PUSSETTI & BRAZZABENI, 2011 p. 469)

Portanto não é correto dizer que as pessoas sofrem por acaso ou por diversidades que ocorrem na vida.

Se considerarmos os fenômenos de sofrimento social como "fatos sociais totais" que acarretam consigo outras e diversas dimensões e questões interligadas— como as da saúde, do trabalho, do *welfare*, religiosas, políticas, morais, legais, éticas, culturais— e se considerarmos a experiência direta ou indireta do sofrimento por parte dos indivíduos, conseguimos vislumbrar toda a sua complexidade enquanto novo paradigma das ciências sociais e, de certa forma, a sua inefabilidade do ponto de vista fenomenológico.(PUSSETTI & BRAZZABENI, 2011 p. 470)

O termo sofrimento social é algo muito usado hoje, principalmente nos programas de apoio social e atingem diversos aspectos ligados com a perda da qualidade de vida ele pode também ser observado tanto no plano individual como de forma coletiva.

As tentativas de solucionar o sofrimento social são bastantes falhas, pois se limitam a ações com o objetivo de cuidar dos vulneráveis e com isso principalmente de impedir e controlar os perigos dessa vulnerabilidade.

O que realmente acontece é que as pessoas se sentem desvalorizados e dificilmente assumem esses sentimentos por medo de serem censurados. Para essas pessoas a escola e o trabalho não são vistas como coisas positivas e sim como lugares sem muito valor, como afirma Carreteiro (2004, p. 60):

Os indivíduos que compõem o imaginário da inutilidade não encontram uma inscrição positivada nos grandes projetos institucionais (educação, escola, saúde, trabalho). As inscrições oferecidas pelas instituições marcam-lhes de forma negativa, estabilizando lugares sociais considerados inúteis.

As pessoas que moram em lugares perigosos geralmente são vistas com um olhar suspeito. A sociedade acredita que por estas estarem dentro de uma área perigosa, elas precisam ser vigiadas, pois a qualquer momento podem também entrar no crime. Vejamos o que dispõe Carreteiro acerca do tema (2004, p.66):

Elas estão sempre aptas a captarem os possíveis "desvios implícitos" que podem ser explicitados. As pessoas são espreitadas. Segundo a lógica do olhar disciplinador, elas podem passar de "suspeitas a perigosas", ameaçando a suposta ordem pública.

Enquanto estudante do Curso de Pedagogia da UFPB tivemos a oportunidade de morar em uma comunidade considerada muito perigosa e esse preconceito foi possível sentir de perto em diversas ocasiões na vida. Sempre que você fala de onde vem é olhado de forma

preconceituosa, como se todas as pessoas que moram nesse local fossem condenadas a ser bandidas.

A autora Teresa Cristina Carreteiro propõe algumas formas de intervenções para resolver tal problema (2004, p.68):

A superação destes modos, quase congelados, de lidar com a vergonha e com a humilhação requer a construção de estruturas mediadoras que operem criando mecanismos de distanciamento (*dégagement*) que não os reforcem, mas que trabalhem com os afetos recalcados ou reprimidos que estão na base das defesas coletivas. Duas noções nos ajudam a pensar em formas de intervenções: a confiança e o intermediário.

3.2 O Lugar da Colonialidade

Ao longo da história, a formação de colônias foi a forma como a raça humana se espalhou pelo mundo. O Colonialismo é uma política que exerce controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de pessoas com poder militar ou representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade dos seus habitantes.

A colonização é algo diferente de colonialismo. Pois a colonização se insere nos modelos capitalistas que postulam o direito de povos colonizarem outros em razão da pseudo-supremacia civilizatória, cultural, bélica, tecnológica, econômica, étnica e social. Já a colonialidade debate a imposição de uma única lógica hegemônica sobre todas as outras culturas, possibilidades e modelos civilizatórios.

A Colonialidade nos mostra ainda que, além da herança de desigualdade social do colonialismo, existe também uma herança epistemológica do eurocentrismo que não nos permite entender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos.

Danilo R. Streck e Cheron Zanini dão uma definição bem interessante para a colonialidade (2013, p.38):

A colonialidade é um dos elementos que constituem o padrão mundial do poder capitalista, que no contexto de convergências de crises (econômica, ambiental, de representação política) sustenta a imposição de um determinado tipo de classificação social que opera nos planos materiais e subjetivos. A história do capitalismo mundializado, eurocentrado, marca a história da América Latina, uma vez que a colonialidade e a modernidade se instalam em seu território como eixos constitutivos de padrão de poder.

Autores como, por exemplo, Simón Rodriguez não aceitavam os processos coloniais, ele tinha um pensamento pedagógico muito ligado a projetos de emancipações políticas, ele defendia profundamente as mudanças no processo colonial.

Segundo Danilo R. Streck e Cheron Zanini Moretti (2013), enfrentar a colonialidade pedagógica, num contexto de resistências e insurgências pedagógicas, significa aprender com a história que produziu culturas e conhecimentos, mas sem repetir o que se produz no norte.

Michele Guerreiro e Janssen Felipe abordam essa questão da herança colonial (p.4):

A presença do eurocentrismo nos currículos escolares, ou seja, a herança colonial (educação bancária) ultrapassa o período do colonialismo e chega aos nossos dias como "história universal" e verdadeira. Além de contar apenas uma versão da história, silenciando tantas outras, busca-se negar as diferenças, cristalizar identidades e manter a hegemonia de um único padrão civilizatório estabelecido como "normal", verdadeiro: o branco, o masculino, o heterossexual, o cristão, o urbano, o científico.

A colonialidade é caracterizada segundo Quijano (2005) como um padrão de poder que resulta de uma classificação social da população de acordo com a raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. Ela surge inicialmente através da ideia de raça como um padrão que classifica, privilegia e principalmente que exclui. Vejamos o que o autor João B. A. Figueiredo fala sobre a ideia da raça no colonialidade (2010, p.7):

Em meu entender, parece que vincada a ideia de raça se encontra a de formalismo religioso associada a "alma "como classificatória e definidora do status de humanidade e humanização, de humano e não humano. Com esta ideia catequista dogmática, própria do "catolicismo "de então, observa-se as escolhas dos reis católicos e sua proposta de expansão territorial. Verifica-se com a mesma uma desqualificação dos povos, nações e sociedades existentes nas Américas quando da chegada do invasor. Naquele ambiente histórico acontece uma ruptura com as lógicas que, até então, predominavam mundo afora. Ganha outro status a ideia de escravidão, servidão, de exploração de outro ser humano. É evidente que desde quando a história é escrita tem-se notícia da utilização de um ser humano pelo outro, da classificação de um ser humano por outro, da noção de superioridade de um ser humano em relação a outro.

A colonialidade pode ser considerada um problema estrutural, ou seja, o padrão de poder que é estruturado na racialização, no eurocentrismo e no desprezo de identidades, mantém estruturas sociais sob a proteção da herança colonial tudo o que herdamos do processo civilizadora imposto na Modernidade. Essa herança produziu e naturalizou os oprimidos do nosso país.

3.3 Desafios encontrados pela EJA em periferias urbanas

Como sabemos as periferias são lugares que contém uma cultura muito rica, mas também são lugares marcados pela violência e precariedade. Essa triste realidade afeta diretamente as salas de aula e principalmente as turmas EJA. Os alunos jovens e adultos têm a capacidade de perceber os problemas que estão ao seu redor e às vezes levam esses problemas para o espaço escolar.

Os professores da EJA enfrentam diversos desafios no desenvolvimento de sua prática docente, como a heterogeneidade, a evasão, a falta de materiais didáticos específicos, a baixa autoestima dos educandos e ainda enfrenta problemas relacionados com a violência na comunidade. Porém, ele tenta resolver todas as situações, os professores buscam caminhos alternativos que favoreçam o processo de ensino.

O aluno da EJA é um aluno que carrega uma bagagem cultural muito grande, eles carregam consigo suas histórias, trajetórias de vida, mas também podem carregar diversos conflitos pessoais. Os alunos das periferias geralmente são pessoas muito pobres que deixam de frequentar a escola muitas vezes para ir trabalhar.

Tivemos a oportunidade de ter um aluno que trabalhava na construção civil, por várias vezes ele não pode participar da aula, pois de última hora era escalado para trabalhar durante à noite. As mulheres que fazem parte dessas turmas geralmente trabalham como diaristas e por ser um trabalho pesado não aguentam ir à escola à noite.

Os problemas familiares também atrapalham bastante o desenvolvimento dos alunos da EJA, pois muitos alunos desistem de frequentar a escola porque casaram, porque o marido tem ciúmes ou até mesmo porque não tem com quem deixar seus filhos.

Di Pierro fala sobre essa dificuldade dos alunos frequentarem e permanecerem na escola (2010, p. 35):

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais.

A violência é um motivo muito forte para a evasão dos alunos da EJA, principalmente quando a escola é localizada em periferias. Os alunos têm medo de saírem de suas casas e serem assaltados ou até mesmo de levar um tiro em um tiroteio qualquer.

Por diversas vezes quando trabalhava nesta escola na periferia não pude dar aula, pois, estava havendo um tiroteio, ou porque alguém tinha sido assassinado e os alunos se sentiam inseguros para ir à escola.

Realizamos o Estágio da EJA na mesma escola em que trabalhei, e pude perceber ao entrevistar a professora, que os problemas continuam sendo os mesmos.

3.4. Políticas Afirmativas

As políticas afirmativas são ações que alocam recursos para o benefício de pessoas que pertencem aos grupos considerados discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica que aconteceu no passado ou no presente. São medidas que tem o objetivo de combater as discriminações, sejam elas: de gênero, religiosa ou racial. Com essas ações esperam-se aumentar a participação de uma minoria na educação, empregos, saúde, na aquisição de bens materiais e até mesmo o reconhecimento pela sociedade.

As principais medidas consideradas ações afirmativas são: contratação e promoção em empregos e na educação de pessoas pertencentes de grupos discriminados por meio de cotas ou fundos de estímulos, metas ou cotas de participação, distribuição de terras,

políticas de valorização, medidas de proteção, entre outras. Tais procedimentos podem atender ao público, a um determinado grupo, podem ser voluntários ou por determinação da justiça.

Segundo Schumann (2010, p. 49) é preciso a utilização do conceito raça para a complementação de políticas públicas como também para o reconhecimento da população negra do Brasil. Ele afirma também que:

Em primeiro plano, elas têm a função de compensar e corrigir as desigualdades de acesso aos bens públicos e, em segundo plano, elas favorecem o processo de construção da identidade racial dos negros, fortalecendo a mobilização e a construção das vítimas do racismo brasileiro como sujeitos políticos. (SUCHCMANN, 2010, p. 49).

Existem também as políticas anti-discriminatórias que se diferenciam das políticas afirmativas, pois são um meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar tais atos. Já a ação afirmativa comumente é compreendida como uma política que garante o acesso de pessoas excluídas de lugares sociais importantes.

Essas ações fazem parte da política brasileira desde os anos 1990, pois foi uma tentativa que o governo encontrou para corrigir os problemas sociais através da inclusão, reconhecendo que as pessoas beneficiadas com essas ações tiveram os seus direitos negados ao longo da história brasileira. Sendo assim o governo desenvolveu algumas medidas para combater discriminações, destinando recursos para tais pessoas.

O autor Telmo Marcon destaca uma proposta para que a história brasileira seja emancipada (2012 p.25):

Para que a história brasileira seja redimida (emancipada), é fundamental lançar novos olhares para o passado como condição para dar vida às "vozes silenciadas" e, assim, superar as relações de dominação construídas no passado e que ainda se fazem presente na atualidade.

Um grande exemplo de ação afirmativa são as cotas para negros e afrodescendentes nos vestibulares e concursos públicos. As ações afirmativas também recebem muitas críticas referentes ao modo de como são eleitos os grupos beneficiados. Para muitos as ações trazem privilégio a um grupo que antes era discriminado e que contribui para uma maior desigualdade entre os cidadãos.

Telmo Marcon aponta um dos motivos que fazem com que as políticas afirmativas não serem totalmente eficazes (2010, p.25):

A história da sociedade brasileira não está redimida porque persistem resistências não apenas em propor mudanças, mas também em reconhecer o próprio processo escravocrata e suas influências na atualidade. Sem essa predisposição, não há como pensar em resultados efetivos das políticas de ação afirmativa, as quais têm de ajudar a repensar a sociedade como um todo em relação ao passado e ao futuro e não apenas resolver problemas pontuais, como a ascensão social de alguns.

4. EDUCAÇÃO DEJOVENS E ADULTOS NO BAIRRO DE MANDACARU

4.1Características do bairro de Mandacaru

Localização

Mandacaru é um bairro situado na zona Norte da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Ele faz divisa com os Bairros: dos Ipês, dos Estados, Padre Zé, 13 de Maio e com o Município portuário de Cabedelo. É composto pelas Comunidades: Cinco Bocas, Beira da Linha, Porto João Tota, Beira Molhada (comunidade na qual realizei o estágio), Jardim Coqueiral e Jardim Mangueira.

Manifestações Culturais

Mandacaru é circundado pelo mangue e também é bastante rico em manifestações culturais populares, existem no bairro três Agremiações Carnavalescas de Tribos Indígenas: Tupinambás (da década de 1930), Guanabara (1960) e Tupy Guarany (1985) — sendo esta última fundada por Mestre Zé Moura, há também as Quadrilhas Juninas, Ciranda na Comunidade Beira Molhada que é cantada pelo Sr. João da Baleia, Grupo de Teatro Amador Arte Povo.

Infraestrutura

A infraestrutura do bairro de Mandacaru é organizada da seguinte forma: 80% do bairro é calçado, tem saneamento básico e água encanada. Na área comercial há uma diversidade enorme, já que o bairro dispõe de um Mercado Público (Mercado dos Estados), Postos de Combustíveis, Supermercado, Locadora de Vídeo, Uma fazenda de Carcinicultura, Pedreira, Panificadoras, Farmácias, Laboratórios, Casa de Eventos, Empresa de Transporte, Estação de Trem, duas Praças, Campo de Futebol "Juracisão", USFs, Posto de Saúde e Condomínios residenciais.

Educação

Na área de Educação o bairro possui 3(três) Escolas Públicas Municipais, 3(três) Escolas Públicas Estaduais e a Biblioteca Comunitária (Ponto de Leitura), que é administrada pela Associação Comunitária de Educação e Cultura - CACTOS em Parceria com o Ministério da Cultura. Há também no bairro de Mandacaru diversas Escolas Particulares, onde a maioria é de Ensino Infantil e Fundamental I.

ONGs do bairro de Mandacaru

Existe no bairro de Mandacaru uma ONG chamada "Nota Musical que Salva". Ela é uma organização não governamental que trabalha a inclusão social junto a crianças e adolescentes filhos de famílias de baixa renda no bairro Mandacaru, em João Pessoa. O casal fundador da ONG e os voluntários que abraçaram o projeto têm uma meta em comum: evitar que a garotada seja vítima das drogas como usuário ou que um dia se envolva com o tráfico, já que Mandacaru é bastante conhecido por ser o bairro mais violento da cidade de João pessoa.

A Igreja Católica Coração de Jesus fornece Cursinho Pré-Vestibular gratuito para estudantes do bairro de Mandacaru, esta ação da igreja é bastante conhecida valorizada no bairro,pois ela proporciona aos jovens e adolescentes uma chance de prestar o vestibular ou ENEM mais preparados.

Violência

O Estado da Paraíba atualmente é o 4º(quarto) Estado mais violento do Brasil. Apesar de lutar contra essa enorme violência, ainda tem que enfrentar as duas facções que brigam por espaço para manter o tráfico de drogas na Paraíba. Essas facções são conhecidas como: Okaida e Estados Unidos.

A facção conhecida como Okaida é baseada na facção islâmica fundada pelo terrorista Osama Bin Laden e tem como base a violência. Já na facção rival conhecida como Estados Unidos, seus seguidores tem tatuagens da Bandeira dos Estados Unidos em seu corpo. Como consequência dessa disputa a cidade de João Pessoa tem centenas de pontos de distribuição de drogas e o sofrimento de muitas famílias.

As duas facções têm em comum as áreas de atuação, que são os bairros mais pobres da capital: Novais, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, São José e Mandacaru.

Mandacaru a cada dia se torna um bairro mais violento, seus moradores não têm segurança alguma. Não é difícil ficar sabendo que alguém foi assaltado ou que levou uma bala perdida, esta briga que ocorre entre as facções não afetam somente as pessoas que estão envolvidas no crime, ela afeta também os demais moradores do bairro.

Os moradores do bairro de Mandacaru se sentem inseguros para ir a uma igreja, supermercado ou até mesmo ir à escola. Os alunos chegam até a se matricular, mas devido à grande violência do bairro, deixam de frequentar as aulas para pouparem as suas vidas.

4.2 Condições de ensino de educadores e educadoras junto aos educandos e educandas

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que deve ser acessível às pessoas de todas as raças, sexo e idade. Os alunos da EJA por algum motivo não puderam concluir seus estudos em idade regular, certamente eles tiveram os seus direitos negados, já que na maioria das vezes estão em situação de vulnerabilidade social. A EJA não tem tido a devida atenção necessária, é preciso que os governantes forneçam aos educadores condições básicas para que eles possam desenvolver uma aula de qualidade, com os materiais e segurança necessária.

A interferência de fatores como condições de trabalho, orientação qualificada, disponibilidade de recursos e a segurança, vem atrapalhando significativamente o trabalho dos professores. Os alunos e professores necessitam de apoio e de se sentirem valorizados.

Muitos gestores não acreditam na importância da EJA, sendo assim não colaboram para que esses alunos se sintam parte da escola, foi essa a experiência que eu vivi na escola Azorceris Pires Ferreira. O Diretor não aceitava a minha turma de maneira alguma, dessa forma, em 6(seis) meses que lecionei nessa turma, ele nunca visitou nossa sala e nunca forneceu material, já que segundo ele, todo o material que vinha para a escola era destinado para as turmas do ensino fundamental dos turnos da manhã e tarde.

Vejamos a seguir o que Paulo Freire fala sobre os oprimidos (1987, p.32-33).

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação - a do ser menos. Com distorção do ser mais, ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, a buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos — libertar-se a si e aos seus opressores.

É preciso se libertar como Freire disse na citação acima, ou seja, se libertar de uma educação que é imposta de qualquer jeito, de uma educação de improviso. A sociedade exclui os indivíduos todos os dias, ela não dá oportunidades para que eles possam lutar por uma vida melhor. O aluno da EJA vê na educação uma porta aberta pra uma possível mudança de vida e mesmo sendo uma árdua tarefa, os professores devem ajudar os seus alunos a alcançarem seus objetivos.

As políticas públicas feitas para combater a exclusão não têm tido muitos resultados. Para que a conscientização dos educandos aconteça é preciso que usemos o diálogo como ponto de partida.

Grande parte dos educadores da EJA sofre com a falta de materiais adequados para realizar a aula, caindo então na prática de infantilizar os conteúdos. O termo infantilização dos conteúdos, significa que o professor traz para a sala de aula atividades que não se associam com o perfil dos alunos, ou seja, atividades que são trabalhadas com crianças da educação infantil ou do ensino fundamental.

Outra situação que encontramos nas turmas de EJA são professores e alunos que não tem segurança alguma até mesmo dentro da sala de aula. Recordo-me perfeitamente que por várias vezes tive que interromper minhas aulas e mandar os alunos para suas casas, pois recebíamos alguma ligação dizendo que iria haver tiroteio.

A escola em que eu trabalhava não tinha sequer um vigia, eu pegava a chave com uma funcionária e abria a escola. Cheguei a pedir ao Diretor que ele solicitasse a Secretaria de Educação um vigia, mas ele não considerou o meu pedido e disse que não era preciso.

Todas estas manifestações da alienação e outras mais, cuja análise detalhada não nos cabe aqui fazer, explicam a inibição da criatividade no período da alienação. Esta, geralmente, produz uma timidez, uma segurança, um medo de correr o risco da aventura de criar, sem o qual não há criação. No lugar deste risco que deve ser corrido (a existência humana é risco) e que também caracteriza a coragem do compromisso, alienação estimula o formalismo, que funciona como uma espécie de cinto de segurança. (FREIRE, 1979, p.25)

Meus alunos e eu nos sentíamos intrusos dentro da escola, não podíamos colocar cartazes nas paredes, não podíamos colocar as cadeiras da sala em círculo, chegamos a receber reclamações até por usar os banheiros da escola, pois segundo uma funcionária não havia serventes encarregados de fazer a limpeza para duas turmas da noite.

4.3 Refletindo em torno do impacto das situações de risco e vulnerabilidade social na experiência junto a jovens e adultos nas periferias urbanas

Como já sabemos a vulnerabilidade social é formada por pessoas ou lugares, que estão expostos à exclusão social, e é um termo comumente relacionado com a pobreza. Uma pessoa está em situação de vulnerabilidade social quando apresenta condições precárias de moradia, não tem uma família ou não possui emprego.

Tudo isso constitui o risco social, que se caracteriza por negar os direitos e deveres dos cidadãos. As pessoas que estão nessa condição acabam se tornado seres excluídos, elas são impedidas de compartilhar os bens e recursos oferecidos pela sociedade. Isso com certeza faz com que elas sejam "expulsas" de um universo cultural que são seus por direito.

Vejamos o que Maria Lúcia Duarte Pereira e Mônica Araújo Gomes falaram sobre o tema em seu artigo (2004, p.359):

O termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e do país a que pertence. No Brasil, esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação).

Para chegarem até a escola os jovens e adultos passam por enormes barreiras, a maioria deles tem que enfrentar suas famílias, os impedimentos do trabalho ou até mesmo o preconceito de algumas pessoas que não acreditam que eles ainda possam aprender algo. Para que o educador possa superar esses problemas, ele deve procurar conhecer a realidade da comunidade, a realidade dos alunos, para que assim possa chamar a atenção deles com algo que esteja ligado ao cotidiano dos alunos.

A responsabilidade de preparar esses alunos que foram excluídos por toda a vida e trajetória escolar não é somente do educador, mas também é responsabilidade do Estado preparar esses alunos, fornecer condições básicas para que o educador faça o seu trabalho e tirar esses alunos da situação de vulnerabilidade social que vivem.

Os alunos das periferias urbanas além de enfrentar os desafios citados anteriormente, enfrentam também os problemas presentes na comunidade, tais problemas atrapalham diretamente no seu rendimento escolar. Esse aluno que vive fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, torna-se objeto de políticas públicas que possuem o intuito de sugerir possibilidades que concedam o desenvolvimento iguais dos demais cidadãos.

Várias tentativas com o intuito de solucionar os problemas dos jovens e adultos que vivem em periferias urbanas são feitas, mas são pouco eficazes. Talvez a exclusão social diminua quando houver um olhar diferenciado, sem preconceito, sem racismo para os moradores e alunos das comunidades.

É uma vergonha para o nosso país a situação em que muitas pessoas vivem, é uma vergonha também a atual situação da Educação Brasileira. Os governantes fingem que se preocupam com os cidadãos pobres e as pessoas fingem que acreditam neles.

É dever do educador e principalmente do educador da EJA, despertar nos seus alunos um olhar crítico sobre a situação em que vivem, só dessa maneira podemos conseguir uma mudança, pois essas pessoas vão saber lutar por seus direitos e também conhecer os seus deveres.

O professor não é responsável só por passar conteúdos, ele é responsável também por despertar a consciência crítica de seus alunos. É papel do Educador de Jovens e Adultos preparar seus alunos para que eles possam intervir na realidade da comunidade que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente monografia envolveu uma revisão acerca das situações de risco e vulnerabilidade social de turmas da Educação de Jovens e Adultos em periferias urbanas. Como foi possível expor as periferias urbanas são lugares que não seguem o modelo urbanístico definido pelo Estado, portanto não é correto comparar as periferias com o padrão definido pela sociedade, pois as periferias possuem riquezas únicas.

O observatório das favelas define algumas características presentes nas periferias, dentre essas características estão o pouco investimento do Estado, edifícios e casas construídos fora do padrão determinado pelo Estado, elevado nível de subemprego e nível de violência elevado.

Devido a algumas dessas características, os moradores das periferias urbanas acabam ficando em situação de risco e vulnerabilidade social. Essas pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, quando se encontram destituídos de capacidade para ter acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade. Mas os problemas da comunidade não afeta somente os moradores, tais problemas acabam afetando também as escolas que estão inseridas nesse local.

O objetivo principal do nosso trabalho foi realizar um estudo em torno dos desafios, perspectivas e implicações socioeducativas para a Educação de Jovens e Adultos no bairro de Mandacaru. Pudemos ver durante todo o trabalho que a EJA enfrenta várias dificuldades, entre elas estão: a falta de materiais, falta de preparo do educador, falta de apoio dos gestores e também a violência.

Vários autores contribuíram para a realização da nossa pesquisa, dentre eles destaco: Paulo Freire, Danilo Streck, Miriam Rezende Bueno, Bernardo Kliksberg, Denise Cordeiro e Dráuzio Varella.

Pudemos ver ao longo dessa pesquisa que a violência afeta diretamente na aprendizagem e permanência dos alunos em sala de aula. Durante o estágio em EJA perguntei a professora qual era o maior desafio enfrentado por ela dentro de sala de aula? Ela me respondeu que o maior desafio era a evasão escolar, afirmou também que o motivo que mais causava a desistência do alunado era a grande violência na comunidade.

Os objetivos dessa pesquisas foram alcançados, pois ao longo do estudo dos livros, artigos e também da experiência no estágio supervisionado em EJA conseguimos

compreender o que é uma periferia urbana, identificar e analisar os desafios enfrentados por um aluno da EJA e perceber a enorme necessidade de transformação da Educação de Jovens e Adultos em periferias urbanas enquanto espaço se sentir, pensar e agir em torno de situações de risco e vulnerabilidade social.

Concluímos então que a EJA enfrenta enormes desafios todos os dias, estes desafios podem ser impostos pelo sistema educacional, pelo Estado, ou até mesmo pela comunidade onde a escola está inserida. As pessoas que moram em favelas naturalmente podem estar em situação de risco e vulnerabilidade. Com as turmas da EJA que são localizadas em periferias urbanas a realidade não é diferente dos demais moradores da comunidade, os problemas com a precariedade no ensino, difícil acesso para chegar à escola e a violência, perturbam significadamente esses alunos.

Podemos concluir com a elaboração deste trabalho o quanto é difícil conseguir que esses alunos permaneçam na escola. A violência que domina a comunidade da Beira Molhada faz com que os alunos sintam medo de ir à escola. Diariamente ouvimos falar em bala perdida, em acerto de contas, ou até mesmo em queima de arquivo, tudo isso são coisas que pode até parecer distante da nossa realidade, mas que para esses alunos é algo que acontece diariamente, fazendo parte do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRAZZABENI, M.; PUSSETTI, C. Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica, Lisboa, v. 15, n. 3, 2011.

BUENO, Miriam Rezende. Olhares de alunos de EJA em espaços segregados: práticas educativas que buscam a inclusão. ENPEG, Porto Alegre, n.10, agos./set., 2009.

CARRETEIRO, T.C. (2003). **Social suffering in debate**. Psicologia. USP, São Paulo, v.14, n.3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 12 Fev. 2014

CORDEIRO, Denise. Juventude nas Sombras. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperi, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara. Balanço e desafios das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAV, Miriam. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KLIKSBERG Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. Revista de Administração Pública, vol.40, n.5, Rio de Janeiro, Set./Out., 2006.

MARCON, Telmo. **Políticas de ação afirmativa no contexto da sociedade brasileira.** Brasília, v. 93, n. 233, p. 11-33, jan./abr. 2012

Disponível em: < http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1947/1777>
Acesso em: 20 de Fev. de 2014

RISSINI, Irene. O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Revista Psicologia Política, vol.10 n.19, São Paulo, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2010000100005&script=sci_arttext Acesso em: 2 de Mar. de 2014

STRECK, Danilo; MORETTI Cheron. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n.24, 2013, p.35-52

PARSONS, Talcott. Âge and sexe dans la société americaine. Paris: Plon, 1955.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola. **Maré Vida na Favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247.